

Virgínia Ferreira (ed.). 2010. *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: CITE. 358 pp. ISBN: 978-972-8399-47-4.

Virgínia Ferreira, professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais, coordena esta obra coletiva que promove uma importante reflexão pluridisciplinar, com trabalhos de especialistas das várias ciências sociais (sociologia, economia, direito e psicologia social) que têm investigado os processos sociais no trabalho e no emprego, do ponto de vista da igualdade de mulheres e homens. Os objetivos que orientaram a organização deste livro foram, 'por um lado, elaborar um balanço do que têm sido as principais transformações verificadas no trabalho e no emprego entre 1979 e 2009, no que diz respeito às posições que neles ocupam as mulheres e os homens. Por outro lado, realizar uma reflexão sobre o impacto nessas mudanças das políticas públicas, especialmente daquelas que têm como objetivo fundamental a promoção da igualdade de mulheres e homens no mercado de trabalho e no sistema de emprego' (p. 26). A publicação celebra os trinta anos da criação de um dos mais importantes mecanismos oficiais para a igualdade em Portugal, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), criada com a entrada em vigor, em 1980, da Lei n.º 392/79, de 20 de setembro, a 'Lei da Igualdade no trabalho e no emprego' que constitui uma das mais importantes e vibrantes inovações legislativas do período pós-revolução, em matéria de igualdade de mulheres e homens no domínio laboral.

A obra é constituída por dez capítulos, cada um colocando em perspetiva uma dimensão da situação e das políticas relativas à situação de mulheres e homens no trabalho e emprego em Portugal. O primeiro capítulo, de minha própria auto-

ria, Rosa Monteiro, constitui uma análise de políticas, em termos de processo, e intitula-se Genealogia da Lei da Igualdade no Trabalho e no Emprego desde Finais do Estado Novo, acerca da intensa renovação legislativa, democratização e internacionalização, entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980, que não se limitou apenas a eliminar a discriminação explícita na legislação do Estado Novo, mas a integrar visões e propostas progressistas em algumas matérias legislativas, como foi o caso da mencionada "Lei da Igualdade no trabalho e no emprego". O texto destaca, em particular o papel do feminismo institucional e de algumas alianças políticas no aproveitamento das escassas estruturas de oportunidades políticas, permitindo concluir que este processo é mais um exemplo ilustrativo da forma como em Portugal 'outros fatores que não as reivindicações de movimentos de mulheres e/ou feministas autónomos estiveram na origem das instituições, políticas e legislação no âmbito da igualdade de mulheres e homens' (p. 52). Esses fatores remetem para a importância das alianças e estratégias informais e das redes de mulheres (no Estado), na explicação dos avanços legislativos nestas matérias, pelo menos até ao início da década de 1980, num Estado centralista, dominado por elites políticas e burocráticas.

O texto de Maria do Céu da Cunha Rêgo, A Construção da Igualdade de Homens e Mulheres no Trabalho e no Emprego na Lei Portuguesa, o segundo capítulo, procura responder à questão: "pode a lei construir a igualdade de mulheres e homens?". A autora, jurista, ex-Secretária de Estado da Igualdade e representante nacional no conselho de administração do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, expõe e compara os mais importantes articulados legais da construção da igualdade, na lei portuguesa sobre trabalho e emprego, seus alcances, limitações e desafios.

No terceiro capítulo, Gina Gaio San-

tos reflete sobre os avanços da integração das preocupações com a igualdade de mulheres e homens no mundo da gestão e das organizações de trabalho. O texto designa-se *Gestão, Trabalho e Relações Sociais de Género*, fornecendo uma ‘visão geral sobre o género na gestão e nos contextos de trabalho, com uma ênfase particular na teoria organizacional e no desenvolvimento de carreira das mulheres’. Por outro lado, explora estudos empíricos da área realizados em Portugal sobre liderança feminina, relação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, igualdade de oportunidades e valorização da diversidade e, por último, a consideração de diferentes formas de masculinidade.

No capítulo seguinte, *A Evolução das Desigualdades entre Salários Masculinos e Femininos: Um Percuro Irregular*, Virgínia Ferreira apresenta uma importante análise sobre os mecanismos e evolução das desigualdades remuneratórias entre ambos os sexos que, segundo a autora, pouco ou nada se esbateram nos últimos trinta anos. Neste sentido, são abordados os fatores que determinam a manutenção da segregação vertical e remuneratória no nosso país, os domínios de políticas mais relevantes no seu combate e as tendências futuras da sua evolução. A autora conclui que estamos a assistir a uma ‘feminização do emprego’, ‘no sentido em que se generalizam as condições e as relações de trabalho que tradicionalmente caracterizavam o emprego feminino – a desqualificação, a insegurança e a baixa remuneração’ (p. 185).

No quinto capítulo, com o título *Trinta Anos de Educação, Formação e Trabalho: Convergências e Divergências nas Trajetórias de Mulheres e de Homens*, Margarida Chagas Lopes e Heloísa Perista concluem que o progresso no acesso ao ensino e à qualificação, mesmo com resultados académicos mais elevados, não se traduziu, por si só, em sucesso social e profissional para as mulheres. De seguida, Helena Araújo, no capítulo *Escola e Construção*

da Igualdade no Trabalho e no Emprego, segue a mesma linha de reflexão problematizadora da importância e contributo da escola e da escolarização sobre a igualdade no mercado de trabalho e emprego.

Do campo da psicologia social, temos o texto de João M. de Oliveira, Susana Batel e Lígia Amâncio, o sétimo capítulo, designado *Uma Igualdade Contraditória?: Género, Trabalho e Educação das “Elites Discriminadas”*. O texto analisa o hiato entre o igualitarismo formal e a persistente desigualdade de mulheres e homens, não obstante o progresso em alguns indicadores. As autoras explicam essa discrepância através do ‘modelo da assimetria simbólica de género, dimensão explicativa transversal da ideologia de género’ (p. 247).

Sara Falcão Casaca apresenta, no oitavo capítulo, *A (Des)igualdade de Género e a Precarização do Emprego*, uma interessante reflexão sobre a forma como se têm articulado a feminização do mercado de trabalho e a explosão de formas ‘flexíveis’ e precárias de trabalho, analisando alguns dos indicadores daquela precarização, como o aumento do trabalho a tempo parcial não voluntário, dos contratos sem vínculo, trabalho temporário, trabalho on call, trabalho com horários irregulares, entre outros. A autora aborda também os riscos que a crescente tendência e tipo de flexibilização implicam no acentuar das desigualdades de mulheres e homens no trabalho e emprego, com reflexos em outras dimensões da sua vida.

O texto *Mulheres e Feminilidade em Culturas Ocupacionais de Hegemonia Masculina*, o nono capítulo, escrito por Sofia Marques da Silva analisa o processo de entrada de mulheres em profissões tradicionalmente masculinas, como são os casos analisados da engenharia, jornalismo e da vida militar. A autora conclui que a presença de mulheres naqueles contextos profissionais masculinos faz reforçar o que R. Kanter chamou de *tokenismo*, amplificando a perceção de diferença e

os estereótipos. O texto termina com um levantamento das políticas públicas que têm vindo a promover a dessegregação das profissões.

O último capítulo é escrito por Sofia Alexandra Cruz, *A Atividade Comercial: Uma Reflexão sobre a Feminização, Juvenilização e Precarização Laboral*. A autora identifica, no setor do comércio, muitos dos fenómenos retratados nos capítulos anteriores. Para além de dar conta da evolução do emprego terciário nas últimas décadas em Portugal, especialmente na atividade comercial, são discutidas as singularidades do funcionamento de estruturas como hipermercados e centros comerciais, focando determinados perfis de trabalhadores/as e as suas atividades. Uma das problemáticas que ganha relevo na análise são os horários de funcionamento neste setor e a forma como interferem na conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de quem nele trabalha.

Este é, sem dúvida, um livro que marca o cenário dos estudos sobre o mercado de trabalho e o sistema de emprego em Portugal, sob a perspectiva das 'relações sociais de género'. A diversidade e qualidade científica dos diversos contributos fazem desta publicação um instrumento fundamental para a compreensão e intervenção na problemática da igualdade de mulheres e homens no trabalho e emprego, nas suas mais diversas dimensões.

Rosa Monteiro

Instituto Superior Miguel Torga

J. Levin, J. A. Fox. (2010). *Estatística para Ciências Humanas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 397 pp. ISBN: 978-858-791-846-8.

Para além da clareza na explicação de questões metodológicas muito complexas, este livro, dividido em 5 partes e 13 capítulos, apresenta, no fim de cada capítulo, um resumo, as palavras-chave e exercícios para resolução com as respetivas respostas, o que constitui uma grande mais valia, apresentando ainda 4 anexos (A. Dados de Ciências Sociais na *Internet*. B. *Revisão de alguns fundamentos da matemática*. C. *Tabelas*. D. *Lista de fórmulas*), um glossário e as respostas aos exercícios. É ainda de salientar que cada capítulo inclui um guia de estudo passo a passo e uma secção designada *Olhando sob uma Perspetiva mais Ampla*, para os alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos.

O capítulo 1 – Por que o Pesquisador Social Utiliza a Estatística – oferece algumas noções introdutórias sobre a natureza da pesquisa social, a razão de estar hipóteses, os estágios da pesquisa social, a utilização de séries numéricas na pesquisa social e termina fazendo referência às funções da estatística.

A Parte I – Descrição – inclui três capítulos. No capítulo 2 – Organização de Dados – os autores começam por apresentar as distribuições de frequência de dados nominais, a que se seguem a comparação de distribuições; proporções e percentagens; razões e taxas; distribuições de frequência simples de dados ordinais e intervalares; distribuições de frequências agrupadas de dados intervalares; distribuições acumuladas; postos percentis; dados decimais; intervalos de classe flexíveis; tabulações cruzadas, e terminando com a apresentação de gráficos. O capítulo 3 – Medidas de Tendência Central – faz referência à moda, mediana e média, seguindo-se a comparação entre as três medidas. Posteriormente, os autores procedem ao cálculo da moda, da mediana